

Voto secreto divide Conselho de Ética

■ Decisão sobre como será a votação do relatório da violação do painel eletrônico só será tomada na próxima semana

VILMA SILVEIRA

BRASÍLIA – O Conselho de Ética adiou para a próxima semana a decisão sobre a votação do parecer do relator Saturnino Braga referente ao envolvimento dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) na violação do painel eletrônico do Senado. Na reunião de ontem, o Conselho encerrou as investigações e fixou para a próxima quarta-feira a data para a apresentação do relatório. A votação poderá ocorrer no mesmo dia.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou requerimento solicitando que a votação seja aberta, mas não foi apreciado. “Não sabemos o que virá no relatório. A votação secreta é só para casos de cassação. Se não sei o que será pedido, co-

mo posso decidir?”, justificou o presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS).

Tebet defende que a votação seja aberta. Em seu entendimento, não existe ainda processo instaurado de cassação. Ele dirá que a votação será aberta. Quem discordar terá que requerer que seja fechada. Nesse caso, haverá uma votação para decidir o sistema.

A opinião de Tebet é compartilhada por outros colegas do Conselho mas não é unânime. Os aliados de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendem que a votação seja secreta. Argumentam que seria ilegal abrir o voto.

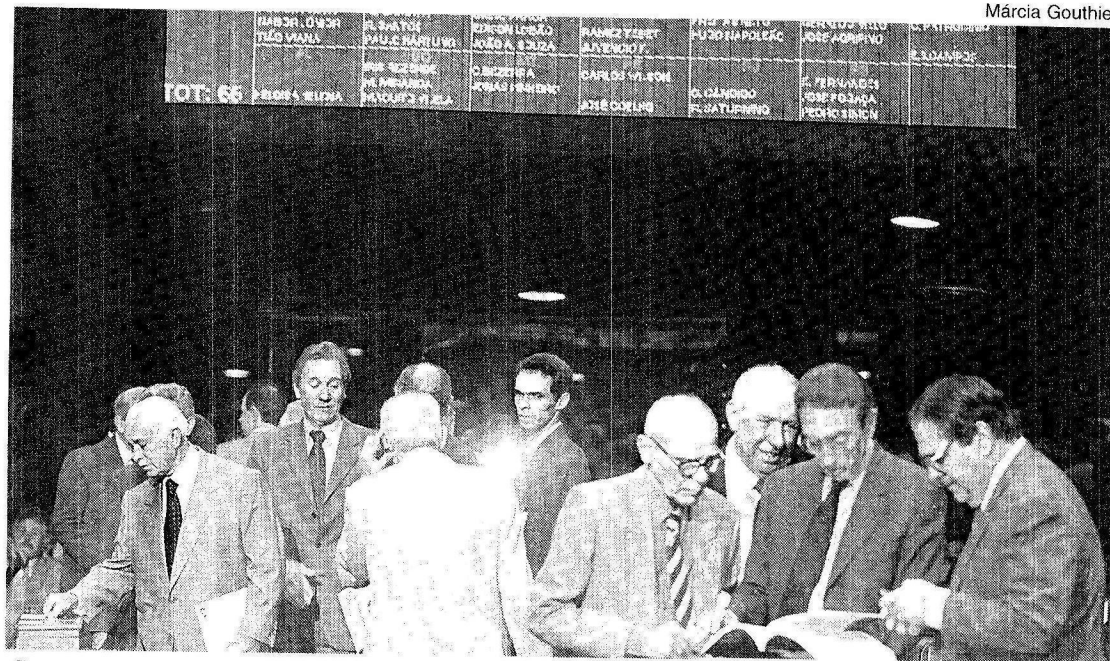
Um de seus mais fiéis escudeiros, o senador Paulo Souto (PFL-BA), diz que não participará da escolha sobre o sistema de votação.

“Não faz sentido. O voto tem de ser de acordo com a lei”.

Já o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) é mais cauteloso. “Tendo a acatar o voto aberto, desde que não haja risco legal. É preciso estar seguro que o voto aberto não comprometerá o julgamento”, disse.

Posição semelhante tem o senador Osmar Dias (PSDB-PR). “Prefiro o voto aberto, mas tem de ter segurança para que não caiba nenhuma discussão jurídica”. Dias entende que uma consulta à assessoria jurídica do Senado resolverá a questão.

Ex-ministro da Justiça, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) é taxativo: a votação pode ser aberta porque, na Constituição, consta que secretas devem ser processo de cassação ou sabatina de diretores do Banco Central e embaixadores.



Com o painel eletrônico ao fundo, ACM vota manualmente na sessão do Senado de ontem

Márcia Gouthier